

UM OLHAR SOBRE A CODIFICAÇÃO E A DECODIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Jackson da Silva Medeiros¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

jacksonmedeiros@outlook.com

Resumo

Tendo em vista que plataformas digitais e algoritmos assumem lugares privilegiados enquanto entes políticos, discute-se como as noções de codificação e de decodificação apresentadas por Stuart Hall podem ser reconciliadas teoricamente a partir de aportes sobre controle e ideologia para lidar com questões sobre a formação de subjetividades em tempos dominados pela internet. O trabalho arregimenta ideias de Stuart Hall, Louis Althusser, Judith Butler, Gilles Deleuze e Byung-Chul Han, principalmente, para buscar aproximações e possibilidades de tratamento do tema.

Palavras-chave: Filosofia da Informação; Codificação e Decodificação; Algoritmos; Plataformas digitais; Ideologia; Discurso.

AN EXAMINATION OF THE ENCODING AND DECODING OF INFORMATION ON DIGITAL PLATFORMS

Abstract

Considering that digital platforms and algorithms occupy privileged positions as political entities, this study examines how Stuart Hall's notions of encoding and decoding can be theoretically reconciled through contributions on control and ideology to address questions surrounding the formation of subjectivities in internet-dominated times. This work assembles the ideas of Stuart Hall, Louis Althusser, Judith Butler, Gilles Deleuze, and Byung-Chul Han, primarily, to explore theoretical proximities and possible approaches to the theme..

Keywords: Philosophy of Information; Encoding and Decoding; Algorithms; Digital Platforms; Ideology; Discourse.

UNA MIRADA SOBRE LA CODIFICACIÓN Y DECODIFICACIÓN DE INFORMACIÓN EN PLATAFORMAS DIGITALES

Resumen

Considerando que las plataformas digitales y los algoritmos ocupan lugares privilegiados como entidades políticas, se discute cómo las nociones de codificación y decodificación presentadas por Stuart Hall pueden ser reconciliadas teóricamente a partir de aportes sobre control e ideología para abordar cuestiones relacionadas con la formación de subjetividades en tiempos dominados por internet. Este trabajo reúne ideas de Stuart Hall, Louis Althusser, Judith Butler, Gilles Deleuze y Byung-Chul Han, principalmente, para explorar aproximaciones y posibles enfoques para el tratamiento del tema.

Palabras clave: Filosofía de la Información; Codificación y Decodificación; Algoritmos; Plataformas Digitales; Ideología; Discurso.

¹ Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Comunicação e Informação. Mestre em Ciência da Informação. Bacharel em Filosofia. Bacharel em Ciência Política. Bacharel em Biblioteconomia.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

NOTA 1 – INTRODUÇÃO

Para este trabalho proponho uma organização textual condensada por notas, estabelecendo uma composição não linear de exploração de fragmentos e perspectivas de ideias. O que busco é deixar ser afetado pelo processo de construção dessas ideias, em fluxos e fugas que permitam encadear associações e construções teóricas, visando maior ênfase à argumentação e trazendo à tona rupturas, avanços e retomadas conceituais que envolvem disciplinas diversas. Admito uma experimentação da escrita esquizoanalítica.

Objetivo aqui analisar a codificação e a decodificação de informações em plataformas digitais. Faço isso discutindo como as ideias de codificação e de decodificação, apresentadas por Stuart Hall na década de 1970, onde a televisão, o jornal, o rádio desempenhavam papel crucial na produção de sentidos, reforçavam ideologias dominantes por meio de processos de codificação e decodificação que seguiam um modelo de fluxo unidirecional que sustentava maior controle sobre a narrativa, sobre os discursos, ainda que os públicos não se enquadrem no modelo passivo de transmissão de informações; também faço anotações sobre uma possível reconciliação desse objeto de estudo com aportes sobre controle e ideologia para lidar com questões da formação de subjetividades em tempos dominados pela internet, modelo de comunicação profundamente desestabilizado, tendo em vista seu caráter descentralizado e de modulação. Essa é uma lógica aprofundada pelas plataformas digitais, praticamente desconstruindo modelos de comunicação anteriores, principalmente quando da utilização maciça de algoritmos que passam a organizar e a hierarquizar fluxos de informações de acordo com padrões de relevância, personalização e engajamento, noções que dependem de fatores não controlados pelos usuários.

Isso tem implicações profundas para a produção de subjetividades. Em vez de receber uma informação padronizada para grandes audiências, os sujeitos são inseridos em ambientes personalizados que moldam experiências de acordo com dados comportamentais coletados, armazenados e manipulados. Esta personalização reforça a criação de ecossistemas comunicacionais fechados onde a exposição fica restrita a determinados conteúdos que confirmam visões de mundo, diminuindo o espaço para o contraditório e o encontro com a diferença, fazendo com que as “câmaras de eco” cooptem a atenção dos sujeitos. Novas ecologias de subjetividades emergem onde as plataformas digitais, através dos algoritmos, influenciam diretamente os modos como as pessoas se percebem e interagem com o mundo.

NOTA 2 – SOCIEDADE DE CONTROLE E ALGORITMOS

A sociedade contemporânea, em grande parte, vive sob uma nova forma de hegemonia, baseada em fluxos informacionais e nos seus controles. Enquanto os meios de comunicação já tradicionais operavam uma lógica de programação pré-determinada, as plataformas digitais, calcadas em algoritmos, atuam em nível sem precedentes de personalização e de segmentação a partir de cálculos de padrões de comportamento, de preferências e de interações dos usuários, ajustando conteúdos de acordo com esses dados.

Conforme Lazzarato (2006), sociedades de controle podem ser caracterizadas por três fenômenos manifestos desde a segunda metade do século 20 e que ocorrem a distância: (a) emergência de cooperação entre cérebros; (b) potentes dispositivos tecnológicos; e (c) processos de subjetivação derivados. A internet é, nesse aspecto, o principal dispositivo para/da sociedade de controle, principalmente pensando nas plataformas digitais de comunicação, uma vez que elas “não apenas medeiam o discurso público: elas o constituem” (Gillespie, 2018, p. 199), sendo “estruturas de agenciamento de dados e de formulação de estratégias para a atração de atenção e modulação de comportamentos” (Silveira, 2016, p. 19) funcionando por base em um conjunto de instruções lógicas e de controle que conectadas tomam decisões.

Atualmente, delinea-se um regime informacional fundamentado no processamento de dados – abrangendo desde seu armazenamento e manipulação até sofisticados mecanismos de retroalimentação – que estrutura novas formas de ordenamento e hierarquização sob lógicas algorítmicas específicas. Nesse sistema, plataformas digitais assumem prerrogativa de legislar por meio de códigos, promovendo controle sobre o fluxo de informações. Esse controle estabelece não apenas o que pode ser limitado ou permitido, mas também o que deve ser incentivado, gerido ou restrito, estabelecendo relações intrínsecas com discursos dominantes. Esse contexto permite, ademais, uma reconfiguração de vieses culturais, raciais e étnicos, fazendo com que preconceitos historicamente estruturados reaparecem disfarçados de “verdades”, agora codificados em algoritmos, o que pode intensificar formas mais complexas de discriminação (Morozov, 2018, p. 179). Como argumenta Han (2022), a dominação contemporânea é articulada pela própria informação, por suas formas de processamento e, sobretudo, por seu entrelaçamento profundo com o capitalismo de vigilância, onde o controle não apenas monitora, mas modula o próprio potencial de subjetivação e ação.

Esse modo de interação digital instaura formas de vida em que os atores sociais são integrados e articulados por meio de sistemas computacionais que operacionalizam normas e valores específicos, modelando o próprio tecido social. Nessa configuração, as plataformas

digitais vão além de simples canais de mediação, mas introduzem lógicas reguladoras em que discursos e saberes passam a se submeter a uma racionalidade computacional e mercadológica, implicando uma reconfiguração das práticas ofertadas. Sob esse regime, a formação discursiva não se dá mais apenas em esferas sociais tradicionais, mas é moldada por sistemas algorítmicos que, ao controlar variáveis do comportamento e da organização social, passam a estruturar de forma incisiva os modos de expressão, as interações e as possibilidades de subjetivação, delimitando espaços de ação e construção de sentido dos sujeitos, promovendo uma sociabilidade mediada e estruturada de acordo com padrões dominantes a partir de uma governamentalidade sutil e pervasiva dos dispositivos geradores de experiência.

Os dispositivos de experiência são discursivos a partir da sua capacidade de agenciar, fazer circular e produzir sentidos de comunicação em espaços e tempos próprios. A produção de sentidos, que antes se dava a partir da separação entre sujeito e objeto, agora se dá na relação que os produz. Os efeitos produzidos estão em constante movimento, criando um fluir de identidades, acontecimentos, perspectivas etc. que só podem ser analisados se percebemos suas relações. (Medeiros, 2019, p. 34).

A sociedade de controle delineada por Gilles Deleuze emerge em meio às transformações profundas nas condições comunicacionais, onde o mercado não apenas reconfigura, mas incorpora integralmente a conectividade midiática e tecnológica como formas de governo. Esse novo regime, impulsionado pelo capital, instaura um tipo de aprisionamento difuso que situa “toda experiência [...] presa em relações de poder” (Deleuze, 1988, p. 120), transformando a própria vivência em contínua construção e reconstrução de subjetividades, ou seja, configura ambientes em que processos de subjetivação se intensificam e se tornam inseparáveis das infraestruturas digitais. Nessa lógica, os dispositivos tecnológicos não se articulam a partir de restrições ou de enclausuramento físico; ao contrário, operam de modo sutil e capilar, promovendo a liberdade como um espaço de positivação contínua em que o poder se exerce pela gestão da mobilidade e pela abertura de múltiplos caminhos – todos, no entanto, circunscritos a lógicas de controle (Deleuze, 2013). Assim, a subjetividade passa a ser forjada não pela imposição direta, mas pela capacidade de direcionar e orientar a experiência de maneira invisível, onde a liberdade se torna, paradoxalmente, o novo modo de confinamento.

Em atualização das formas de poder identificadas por Michel Foucault na sociedade disciplinar, onde o controle era exercido de maneira explícita e institucionalizada, na sociedade de controle esse poder se dispersa e se transmuta em fluxos contínuos, infiltrando-se em todos os aspectos da vida a partir das transformações tecnológicas e políticas que marcaram a metade e principalmente o final do século 20 e que são extremadas no contexto das plataformas digitais

e da sociedade datificada. Deleuze percebeu o surgimento de novos regimes de poder baseados em fluxos informacionais e na modulação contínua do comportamento.

As plataformas digitais e seus algoritmos são exemplos dessa modulação constante na medida em que coletam, armazenam, manipulam e distribuem informações capazes de influenciar o comportamento de maneira quase imperceptível. Todas ações realizadas nas plataformas são capturadas para análise: cliques, movimentações de dedos ao interagir com a tela, compras, o tempo utilizado em determinado tipo de conteúdo; tudo passa a ser processado e utilizado para ajustar futuras interações e decisões. Esse monitoramento mostra a ideia de que o controle na sociedade atual não ocorre em intervalos, em pesquisas espontâneas, mas em tempo integral, tornando o ambiente uma ferramenta com poder que não se separa do objeto, mas está contido no próprio objeto. Esses complexos sistemas algorítmicos funcionam como moduladores das ações dos sujeitos a partir do controle sobre os dados e as interações, indo além da disciplina ou da punição, mas atuando no processamento para antecipação de possibilidades bem como na delimitação dessas, modificando escolhas e tempo empregados nas ações por meio de recomendações e personalizações, o que gera controle dos fluxos de subjetividade influenciados por dados, construindo pretensas identidades em tempo real e reconfigurando o sujeito imerso nesses ambientes, transformando a percepção de temporalidade e a produção através da conexão e interação contínuas.

Nesse sentido, alio-me a Byung-Chul Han (2015; 2018) quando, a partir da compreensão da relação da tecnologia com o neoliberalismo, admite a existência de uma violência latente que ultrapassa o controle e a disciplina. Esta, baseada em positividade, na capacidade extrema de produção do ser humano, atua como violência neuronal fundando mais produção, prendendo os sujeitos em redes de poder que indireta e virtualmente estabelecem uma governamentalidade.

As ações de conhecer, as ações que definem as condições de experiência proporcionadas pela informação são capazes de induzir, positivar, propagar; mais do que isso, são hábeis na disposição de condutas sociais, políticas, econômicas, éticas, culturais etc., tornando fundamental problematizar os limites a partir das informações disponíveis ou não em sistemas digitais que atuam na construção de subjetividades e de identidades que, por estarem tão atreladas aos dispositivos, em atuação contínua, com composição do controle executado pelas plataformas de maneira tão sofisticada quanto invisível, dão a impressão de total liberdade de escolha das ações que estão executando.

NOTA 3 – CODIFICAÇÃO, DECODIFICAÇÃO E REGRAS PERFORMATIVAS

É importante perceber que (1) o modelo proposto por Stuart Hall está baseado em análises sobre a televisão na década de 1970 e que (2) mesmo se tratando de um modelo, não funciona de maneira normativa, mas, sim, explicativa das considerações que podem ser realizadas na compreensão de processos ideológicos que fluem no sistema, tentando organizar categorias teóricas e analíticas. Se enquadra diretamente a uma elaboração foucaultiana de que não existe um centro de poder e nem alguém é possuidor deste; não existindo um detentor, o poder é circulante, relacional. Assim Hall pensa que é possível analisar esses fatores pela diferença estabelecida dentro das sociedades pós-modernas.

Hall separa didaticamente os processos de codificação e de decodificação. O primeiro se refere à produção de sentidos, processo pelo qual os produtores de mídia constroem e disseminam mensagens dentro de um contexto específico a partir de códigos culturais e linguísticos pré-existentes empregados para criar sentidos de ideologias hegemônicas de poder. O segundo é o da interpretação das mensagens, processo que não é nem passivo e nem automático, mas está ancorado nas experiências sociais e culturais. O proposto por Hall rompe com a ideia de passividade da audiência, alterando a compreensão dos modos de recepção a partir de orientação determinista de estímulo-resposta e com a ideia de que sentidos são expressos de maneira clara na transmissão de mensagens pelos meios de comunicação e, por conseguinte, assimilados de maneira unívoca.

Com esse olhar, o jamaicano aponta para três maneiras de compreender essas mensagens: uma posição/leitura preferencial (dominante/hegemônica) que situa os sentidos das mensagens onde a decodificação é tomada pelos sentidos propostos na construção do enunciado, refletindo ideologias dominantes; uma posição negociada, a qual permite o “embate” entre os sentidos propostos pelas mensagens e a estrutura particular/cultural do receptor, não havendo rejeição ou aceitação completas; uma posição de oposição, quando o sentido proposto e compreendido é “convertido” a partir de uma estrutura de referência alternativa.

Fica perceptível que os códigos circulam para formar a operação material do discurso, uma articulação da linguagem sobre a realidade (ou daquilo que quer se entender como realidade²) como resultado de práticas discursivas que se escondem na naturalização imperceptível que os reconhece como corretos, jamais arbitrários, em sensações de uma

² Deixo o aprofundamento desse ponto para trabalhos futuros, mas entendo que, pelo momento, autores arregimentados esclarecem esse processo.

já-codificação, de um já-mundo em combinações de aspectos denotativos e conotativos, dando impressão dessa naturalização. Permitem, efetivamente, que no nível da conotação as ideologias alterem e transformem a significação com disputas pelos sentidos (Hall, 2003).

Para Hall (2003), esses códigos se colocam como “mapas de sentidos” que permitem classificar a cultura. Esses mapas, como é possível entender, guiam as escolhas dos sentidos possíveis; são mapas da realidade que fornecem significados, como também práticas, usos, poder e interesses da ordem cultural dominante (sentidos dominantes ou preferenciais) que devem ser capazes de dispor regras performativas e devem ser respondíveis de maneira preferencial aos sentidos propostos, fazendo cumprir legitimamente uma decodificação dentro dos limites dos significados dominantes.

Entendo que a ideia de “regras performativas” mantém dependência e permite pensar contexto de produção, circulação e recepção, fazendo com que esses eixos mantenham inter-relação constante, estipulando as relações entre “regras performativas” e a “produção de subjetividades” em perspectiva crítica, envolvendo conceitos fundamentais da filosofia pós-estruturalista e dos estudos contemporâneos sobre poder, discurso, subjetividade e identidade. No entanto, indicar elementos não é tarefa simples. Assim, quero apontar de maneira breve alguns caminhos de pensamento. Neste momento faço isso apenas tentando efetivamente elencar esses componentes que permitem empreender que a noção de ideologia possibilita a apreensão de elementos que produzem subjetividades, o que se orienta na materialidade histórica existente na produção de identidades.

Em primeiro lugar, o elemento foucaultiano que pode permitir empreender sobre “regras performativas”, entendendo que elas se coordenam pela produção de subjetividades operando através do poder, do saber e da subjetividade, uma vez que Foucault oferece que o poder não é apenas repressivo, mas produtivo. Em *A Ordem do Discurso* (1971), discute como práticas discursivas estabelecem “regras de formação” que configuram o que pode ou não ser dito, pensado e praticado em contextos históricos. Olhando por esses aspectos, “regras performativas” podem ser vistas como um (sub)conjunto das regras de formação discursiva, uma vez que não apenas regulamentam possibilidades de determinadas performances, mas também estabelecem quem pode realizá-las, as condições e os efeitos. A performatividade aparece em Foucault a partir da compreensão dos campos de poder e de saber que regulam os corpos, por isso seus comportamentos e suas subjetividades colocadas para além da imposição, mas como disposição, em uma espécie de “governamentalidade”, como expresso em *Segurança, Território, População* (1978-1979) e *O Nascimento da Biopolítica* (1979-1980), onde regras performativas não aparecem como dispositivos necessariamente visíveis e

hierarquizados, mas como normas de conduta que se colocam praticamente imperceptíveis e são internalizadas como uma autorregulação baseada em determinados padrões de conduta. A subjetividade seria então performativamente produzida, moldada, construída, fabricada por essas regras que operam cotidianamente e que estão articuladas com estratégias de controle.

Em segundo lugar, indo ao encontro de Judith Butler e sua proposta de uma teoria da performatividade de gênero, parece ficar ainda mais claro que não há identidade fixa ou essencial³, mas, sim, efeitos de fluxos de práticas discursivas, performativas. O “gênero”, para trazer o objeto de trabalho da filósofa, é uma criação discursiva, performativa, não é algo do ser, inerente à sua constituição, mas algo produzido através de atos contínuos que, pela ação repetida, redita, absorve normas culturais. Assim, é na constituição da dialética performativa que ocorre a magia social da performatividade (Butler, 1999), uma vez que as regras performativas não são aceitas ou impostas de maneira hierárquica, impositivas, mas atuam na repetição, podendo sofrer revés de contestação, o que permite compreender essas normas pela governamentalidade dos atos performativos que produzem e que regulam as identidades a partir de um conjunto de práticas de ajuste de corpos e ações.

Pegando essa carona, “regras de formação” mostram as condições que tornam possíveis certos discursos e práticas em determinados momentos históricos. A exploração de regras performativas não deve se dar pela linearidade da analítica, mas, sim, pela concepção discursiva das práticas contínuas que se organizam em regras mais ou menos explícitas de produção, circulação e legitimação. Portanto, regras performativas são dispositivos de poder que produzem e regulam subjetividades atuando a partir de normas discursivas que governam os sujeitos no controle da performatividade atuante pela repetição e pela diferença ocasionada. Essas regras não são apenas algo a ser reproduzido, mas também a ser produzido e contestado, reajustado, já que a norma se realiza no momento em que é performada e é nessa realização que sua contingência se torna visível. As normas, enquanto regras performativas, não são essencialmente fixas, mas sujeitas a transformações pois estão envoltas em processos de repetição contingentes e instáveis.

NOTA 4 – IDENTIFICAÇÃO

Retornando ao ponto sobre identidade, Hall reconhece que é possível pensar em *identificação* no lugar de identidade, uma vez que identificação permite estabelecer fluxos

³ Não entrarei aqui em Derrida, mas entendendo que isso sirva como base para o entendimento de Butler sobre o pós-fundacionalismo.

contínuos de elementos que, como processos, mantêm-se em andamento, aliando a relação de falta com o imaginário criado a partir do que é possível entender como sendo a visão do outro. Ao mesmo tempo em que isso se coloca de maneira complexa e difere de uma tradição que busca entender a identidade fechada, monolítica, a ideia é irromper esse bloco, percebendo que uma pretensa limitação da identidade é assombrada pelas diferenças impostas pelo social, sendo a essencialização da identidade apenas o que identifica o sujeito no grupo, mas não qualifica a multiplicidade de fatores que constituem esse sujeito.

Parece existir, de fato, uma crise da identidade moderna que se fragmenta na identificação pós-moderna; isso fica visível quando se olha que aquilo antes visto como identidade não mais representa uma política que condiga com a perspectiva fragmentada do pós-moderno, sem essência fixa, mas assume uma “posição de sujeito” construída na relação com o outro. Hall se apoia na teoria pós-estruturalista, particularmente em Derrida, para sugerir que a identidade é definida através de “jogos de diferenças”, isto é, pelo olhar relacional do que ela não é. As categorias de identidade, em vista disso, deixam de fazer sentido enquanto categorias com fixidez, indo ao encontro da fluidez que as compõem, complexificando o “nós” e o “eles”, estabelecendo uma espécie de negociação constante do macro e do micropolítico das formas de identidade e de subjetivação, criando, pelos “jogos de diferenças”, inclusão e exclusão.

O que caracteriza a crise pós-moderna é a incerteza dessas fronteiras de diferenciação. Hall aponta que não é algo patológico, mas característica resultante da globalização, com influências de culturas e da economia, por exemplo, com informações que afetam os sujeitos em múltiplas formas de valores e crenças, das novas formas de comunicação e das transformações nos discursos culturais e ideológicos que, com o declínio das metanarrativas, não permitem mais um quadro interpretativo único para a construção das identidades.

Em suma, Hall (2019) aponta para três possíveis concepções de identidade a partir do olhar sobre o sujeito: o sujeito do iluminismo, o sujeito da modernidade e o sujeito da pós-modernidade. O primeiro é dotado de razão, de consciência e ação, constituindo-se em um ser centrado, com certa essência unívoca, em concepção individualista e masculina. O segundo, reflete sobre não ser o centro do seu próprio ser; permeado pela cultura, seus valores e sentidos, coordenando a relação de si com os outros, e vice-versa, permitindo, sociologicamente, estabelecer a relação entre o “eu” e a “sociedade”. A identidade do sujeito da modernidade costura-o à estrutura social. Já o terceiro, o sujeito da pós-modernidade, não apresenta uma identidade fixa, mas, sim, se transforma continuamente pelas interpelações dos sistemas culturais. São identidades diferentes que respondem a cenários contextuais e que passam ao

largo de um “eu” essencial ou coerente, apresentando deslocamentos a partir das incongruências próprias do sujeito. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”, observa Hall (2019, p. 11-12).

É interessante perceber que Hall articula esse processo ligado à miríade dos sistemas culturais, seus múltiplos sentidos que confrontam o próprio sujeito, seus entendimentos de mundo que permitem olhares para si e possibilitam identificações temporárias, frutos de sociedades que mantêm mudanças constantes e rápidas onde não existe um centro de poder, mas o “centro” é deslocado para dar lugar a “centros de poder”, deixando de ser um todo unificado, delimitado, mas, sim, um constante descentrar, o que leva a elementos contraditórios de identidade que atuam na sociedade e no indivíduo, bem como na não-singularidade, deixando de lado uma identidade mestra (como classe, cor, religião, etnia etc.).

Isso me parece, em Hall, uma referência à Althusser, ainda que sem citá-lo: “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada” (Hall, 2019, p. 16), uma vez que o contorno se coloca na política de diferença, sendo que “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2019, p. 24), ou seja, a construção das identidades é realizada de maneira histórica e política, não biológica. Em síntese, é possível dizer que as identidades, para Hall (2015, p. 111-112), são compostas pelas relações entre discursos que interpelam para que lugares sejam assumidos pelos sujeitos. Identidades são, dessa forma, pontos de apegos temporários às posições de sujeito e efeitos transitórios. Identidades são articuladas e posicionam o sujeito no fluxo do discurso, obrigando-o a assumir determinadas posições.

Desse modo, não há possibilidade, levando-se em conta essa proposição, de uma observação direta do fato, pois, assim entendo, todo fato é mediado por instrumentalizações ideológicas sofridas ao longo das experiências.

NOTA 5 – IDEOLOGIA, ARTICULAÇÃO, CONTINGÊNCIA

Isso põe no caminho a noção de ideologia, entendendo-a como condição necessária para existência dos sujeitos. A concepção althusseriana de ideologia, a qual enfatiza a reprodução das relações sociais, destaca o papel coercitivo das estruturas na formação dos sujeitos. Coercitivo, entendo, não significa subjugado, mas mais ou menos limitador, mais ou menos

propositor, reproduzindo formações discursivas dominantes fluidas e que colocam espaço para alterações, o que pode ser visto pela articulação. Assim, entendo que é propositivo relacionar essa teoria sobre ideologia para uma estruturação robusta que permita análise de práticas sociais e como os aparelhos ideológicos moldam as subjetividades e as identidades.

Utilizo aqui as duas teses de Louis Althusser (2022) sobre ideologia: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”; “A ideologia tem uma existência material”. Na primeira é apresentada que os indivíduos representam aquilo que consideram a realidade de suas existências, pois essa representação se dá não aliada às condições reais em si, mas nas relações que estabelecem com um viés imaginativo da sua própria cultura. Na segunda tese, Althusser coloca que uma ideologia está sempre ligada a um aparelho, em suas práticas, em seus atos, gerando uma representação onde o próprio sujeito é obrigado a se reconhecer como tal e que tem suas ideias como livres pensamentos da sua consciência, fazendo com que a ideologia seja uma “relação imaginária com as relações reais” (Althusser, 2022, p. 100) onde haveria relação entre o vivido no mundo com sujeito livre.

Interessante notar que a ideologia atua no funcionamento de estruturas sem aparentar uma estrutura, dando ilusão de uma relação consciente, quando, no entanto, atua no inconsciente do sujeito. Dessa forma a ideologia apresenta totalidades que subjetivamente constituem o sujeito, estando para além do afetar. Com Althusser, a ideologia opera de maneira a “mascarar” a contingência das estruturas sociais, fazendo-as aparentemente naturais, eternas e imutáveis. A função da ideologia garante a reprodução das condições materiais da sociedade através dos Aparelhos Ideológicos (AIEs) capazes de dispor de sistemas de crenças e valores que atuam na produção de subjetividades e de identidades dos sujeitos, construindo um mundo baseado em padrões discursivos dominantes, assumindo que a ideologia atua para além de um mascaramento da realidade, mas criando quadros simbólicos em que os sujeitos encontram sentidos e coerências.

Hall (2013), ao se referir à ideologia althusseriana, reafirma que uma formação social é composta por uma estrutura de dominância onde tendências, configurações e estruturações são definidas, defendendo a ideia de que o termo “estrutura” é condizente e faz sentido para descrever o processo, sem deixar de levar em consideração sua complexidade. Aponta, ainda, que a proposta de Althusser permite compreender a diferença na diversidade de pontos articulados, inclusive nas contradições das categorias arregimentadas.

Isso propõe processos contingentes e contínuos pelos quais diferentes elementos políticos, históricos, culturais etc. são conectados para produzir novos sentidos, identificações

e relações de poder, não havendo determinação *a priori*, mas práticas contingentes e estratégicas de poder sem uma essência fixa, possibilitando entender que identidades e discursos são formados e estabilizados enquanto ainda permanecem abertos à rearticulação. Isso é coerente com a “estrutura” de traços fluidos que não se limitam aos fluxos correntes das redes, à produção como construto complexo em si, um regime de informação, como Byung-Chul Han (2022) aponta.

A ideologia propõe sentidos contingentes pois depende de estruturas que são produtos de processos históricos e socioculturais. Esses sentidos são produzidos e distribuídos pela sua materialidade histórica e assumem o caráter do que foi selecionado como válido, podendo estabelecer ressignificações de si próprios ou dos sujeitos. Há de se pensar que o sentido proposto para algo não é “o” sentido, mas “um” sentido, havendo sempre maior número de exclusões de sentidos do que de sentidos permitidos.

Entretanto, ao inserir a noção de contingência na análise, é possível argumentar que a interpelação, ao invés de ser um processo unidimensional, é sempre atravessada por uma abertura ao novo, ao imprevisível e ao contingente. A subjetivação althusseriana, embora eficaz em garantir a reprodução das relações de poder, não é absoluta. A contingência sugere que os sujeitos interpelados pela ideologia não são passivos ou completamente determinados, mas podem resistir, subverter ou rearticular as interpelações às quais são submetidos. A contingência introduz a possibilidade de falhas ou fissuras no processo de interpelação. Se, para Althusser, a interpelação ideológica sempre já encontrou o indivíduo na posição de sujeito, para Butler, esse processo é sempre marcado pela possibilidade de que o sujeito interpelado não responda de maneira esperada, ou que responda de forma a subverter ou reconfigurar as condições da interpelação. A norma interpelativa, em seu caráter performativo, depende de sua repetição para se manter e é precisamente na contingência dessa repetição que reside a possibilidade de transformação.

Assim, subjetividade e identidade não são apenas efeitos da ideologia, mas também campos de lutas dos processos de subjetivação e de identificação no qual as contingências que moldam essas condições abrem brechas para a resistência e para a emergência de novos modos de ser e de agir, onde há circulação de diferentes sentidos e a identidade fixa temporariamente a estabilização da ideologia quando o indivíduo é convocado a ocupar um lugar no sistema de significados, estruturas e valores da sociedade. Essa interpelação, como Althusser coloca, sustentaria o sujeito, pois a posição do sujeito o situa como reconhecedor da sua própria posição política e social, o que o leva a autocaracterização daquilo que dele é esperado.

O sujeito é a representação discursiva das condições que o produzem; compreender o sujeito não é compreender um objeto uno, mas, exatamente, sua composição a partir da hibridação de elementos que vão se aglomerando e tomando posições mais ou menos estáveis para a constituição do sujeito.

NOTA 6 – CODA

Proponho um exercício de imaginação. Dois jovens conversam sobre seus interesses em músicas. Um diz para o outro: “deixa eu te mostrar uma música” e faz menção de pegar um dispositivo eletrônico, um smartphone, da mão do colega. Imediatamente o outro responde: “Não! Vai desconfigurar meu algoritmo.”. Essa cena pode ser imaginada, mas foi presenciada por mim ao assistir dois alunos no intervalo de uma aula. O jovem que negou a interferência do colega em “seu algoritmo” não queria um uso diferente daquilo que já tinha passado um bom tempo “ensinando” a plataforma a fazer; ensinando seus gostos; ao mesmo tempo, não se dava conta do quanto era educado pela designação de gosto que a plataforma lhe colocava na escuta de músicas.

É preciso encarar a informação como fenômeno contingente capaz de ser configurado e reconfigurado de maneira rápida e eficaz, afetando a todos, sabendo que “O sentido depende não da qualidade material do signo, mas de sua função simbólica” (Hall, 2016, p. 49), enfim, conceituando-a como um dispositivo-signo representativo em um sistema simbólico e capaz de encapsular uma estrutura dominante de poder. Compreender, assim, que os sentidos produzidos pela informação e que a produzem não necessariamente estão ligados ao real, mas que são esses sentidos constituídos através de coerções que agem para defini-la como realidade (Medeiros, 2024). Em suma, me posiciono a partir da ideia que a informação é uma composição discursiva da realidade material significativa da ideologia, criadora de sujeitos e sentidos a partir da conjuntura de elementos simbólicos e imaginários que se disseminam pelos aparelhos ideológicos.

O sujeito, enquanto instância aparentemente autônoma de consciência, é, na verdade, moldado por um conjunto de práticas e dispositivos ideológicos que o regulam. Longe de uma adesão consciente, envolve a imersão em práticas institucionais e normativas que não apenas executa, mas participa ativamente da própria constituição de sua subjetividade. O sujeito não escolhe ideias e comportamentos que julga livres, mas o faz sob o julgo de um condicionamento estrutural pelo qual essas ideias são, em dada instância, produtos de aparelhos ideológicos que antecipam e influenciam a capacidade reflexão, subordinando-o aos mecanismos regulatórios

de disposições, tornando-o receptor e reproduzidor das estruturas que sustentam o próprio poder que o constitui. Nesse sentido, a subjetividade é reconfigurada continuamente enquanto o sujeito age em consonância com as práticas que internaliza e reproduz. Consciência e escolhas são fenômenos mediadores e mediados de ideologia. Entendo que isso deixe claro que o sujeito tem acesso à parte do que discursa. Também acessa parte da construção discursiva que lhe é disposta, exatamente pelas características próprias da construção de sentido pelo discurso.

Neste plano, Judith Butler (2020, p. 246) propõe pensar que “‘cultura’ e ‘discurso’ enredam o sujeito, mas não o constituem”, buscando deixar claro que não se coloca no determinismo os aspectos de fabricação do sujeito, mas essa rede de processos compreende a constituição performativa, pois, ainda segue a autora, “O sujeito culturalmente enredado negocia suas construções.”. Situar esses aspectos é fazer um deslocamento naquilo que Butler argumenta como uma passagem explicativa do viés epistemológico para a prática significativa, possibilitando que o próprio olhar epistemológico seja estudado como prática possível e contingente, uma vez que coloca o olhar sobre o sujeito constituído culturalmente, resultante de discursos atados por regras da linguagem.

Nesse caminho, entender a compreensão de Stuart Hall sobre a codificação e a decodificação, colocando isso com o viés das plataformas digitais e dos algoritmos, pode ser uma ferramenta frutífera de compreensão desses processos, trazendo ao debate questões sobre subjetividade, identidade, ideologia, articulação e contingência para pensar a produção do sujeito, as regras performativas e as formações discursivas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- BUTLER, J. Performativity's Social Magic. In: SHUSTERMAN, R. (Ed.). **Bourdieu: A Critical Reader**. Oxford: Blackwell, 1999.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo. Ed. 34, 2013.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- GILLESPIE, T. Platforms are not intermediaries. **2 GEO. L. TECH. REV.**, v. 198, p. 198-216, 2018.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HAN, B.-C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEDEIROS, J. S. A categoria informação como espaço de hibridação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 8, 2024.
- MEDEIROS, J. S. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. **Information Studies: Research Trends**, v. 13, n. 2, p. 26-35, 2019.
- MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.
- SILVEIRA, S. A. Economia da intrusão e modulação na internet. **Liinc em Revista**, v. 12, n. 1, p. 17-24, maio 2016.